

Seria possível que, em sua coluna **Dia a Dia**, do **Estado de São Paulo**, em 29 de março de 1892, contando então 26 anos, e sendo engenheiro, Euclides da Cunha dissesse que a “**Síntese Subjetiva**” era “**o mais admirável livro do século XIX**”?

Por outro lado o Marechal Trompowsky, que foi um dos melhores professôres de matemática no Brasil de seu tempo, em seus livros **Lições de Algebra Superior**, **Geometria Algébrica**, **Geometria Integral** e **Geometria Diferencial**, nada mais fêz do que desenvolver os cálculos a que alude o filósofo na “**Síntese Subjetiva**”, conforme êle mesmo confessa.

Também Inácio Azevedo Amaral, em sua tese à Livre-Docência da cadeira de Geometria Analítica da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, adotou os postulados de Comte na “**Síntese Subjetiva**”.

E até um adversário declarado do Positivismo — o Professor Raja Gabaglia, catedrático da Escola Politécnica, rendia homenagem à **Síntese Subjetiva**, conforme se vê do seguinte depoimento de Inácio Azevedo Amaral:

“A própria **Síntese Subjetiva** merecia dêle apreciações demonstrando a sua grande admiração pela profundidade de idéias expendidas naquele admirável monumento da filosofia matemática, embora divergisse radicalmente da síntese religiosa explanada naquela obra e nem mesmo aceitasse todos os conceitos nela formulados sobre pontos pertencentes ao domínio exclusivamente científico”

“Quando o positivismo aportou em nossos meios intelectuais, é assunto ainda obscuro” — escreve o Professor Tocary Bastos (p. 68).

Depois do trabalho do Dr. Antônio Caldas Coni, **Um médico luso-brasileiro — Dr. José Francisco da Silva Lima**, apresentado, em 1959, ao IV Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Salvador, já se sabe que o positivismo aportou no Brasil em 1844 através da tese — **Plano e Método de um curso de Fisiologia** — apresentada e sustentada, em 5 de setembro de 1844, pelo Dr. Justiniano da Silva Gomes para a conquista da cátedra de fisiologia da Faculdade de Medicina da Bahia.

Nessa tese o Dr. Justiniano da Silva Gomes cita expressamente Augusto Comte ao referir-se à **lei dos três estados**.

São senões que, sem dvida, serão sanados nas edições posteriores do interessante livro do Professor Tocary Assis Bastos.

IVAN LINS

*

LEITE (Aureliano). — **Vida e obra do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar**. São Paulo. 1965. Fôrça Pública do Estado de São Paulo. Editôra Comercial Safady Ltda, 72 páginas, formato 0,16 x 0,23 ilustrado.

Acaba de ser enriquecida a Bibliografia Histórica de Rafael Tobias de Aguiar com a vinda à luz do interessante trabalho de Aureliano Leite.

A obra ressalta a personalidade do Brigadeiro, quer como homem político, militante no Partido Liberal, quer como militar, criador da Força Pública do Estado de São Paulo, idealizador e organizador da Guarda Nacional.

O autor mostra o interesse do naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire, quando de sua viagem pela Província de São Paulo, hóspede da família de Rafael Tobias de Aguiar, em Sorocaba, quando o Brigadeiro era, então, jovem major da Guarda Nacional.

Mostra mais adiante a retidão do caráter do biografado que tanto lutou pela nossa Independência; súdito, sem servilismo, de dois imperadores, jamais pleiteou ou recebeu da Corôa Imperial qualquer título ou privilégio, muito embora padraço de duas bastardas, as duquezas de Goiás e Ceará.

Embora paulista de quatro costados, nunca ostentou, nem se ufanou disso ou mesmo fez uso de seu braço individual.

Aureliano Leite conta-nos a magnífica fôlha de serviços do Brigadeiro devotada à sua comunidade natal.

Por doença de seu pai e afinal por sua falta, foi impedido de ir educar-se em Coimbra, conforme costume da época; aparelhou-se com a instrução possível antes da instalação dos Cursos Jurídicos em São Paulo.

Cêdo viu-se com o pesado encargo de chefe do clã Aguiar.

Sua versatilidade atingiu além do campo político, às atividades econômicas e financeiras: foi fazendeiro, proprietário, capitalista, etc.

Como fazendeiro e pecuarista, criou a **raça tobiana**, transformando Sorocaba em **feira pecuarista**, dinamizando seu ambiente econômico.

Sempre presente na política nacional, jacobino por excelência, armou e equipou mais de cem homens, para combater as tropas portuguesas que pretenderam interromper o processo histórico da Independência.

A causa pública sempre encontrou, na personalidade do Brigadeiro, um esteio. Vêmo-lo na ocasião do FICO fornecendo doze contos de réis para subscrição aberta com a finalidade de cobrir as despesas do movimento separatista.

Aureliano Leite, em seu trabalho de agradável leitura, diz de forma clara como Tobias de Aguiar galgou de degrau a degrau os postos da administração pública, exercendo-os com sobriedade e equilíbrio administrativo: os lugares mais destacados, no Conselho do Governo com função legislativa, deputado geral, Presidente da Província, cargo que exerceu a primeira vez, de 17 de novembro de 1931 a 11 de maio de 1835.

Foi talvez um dos primeiros homens públicos a interessar-se pela condição social do escravo negro.

Em sua visão administrativa não deixou de olhar para a instrução pública, a assistência hospitalar, estradas, imigração, catequese dos índios, finanças, produção agrícola supervisionada pelo Estado, indústria do ferro, etc.

O ponto alto da obra é naturalmente voltado para a Fôrça Pública do Estado de São Paulo, da qual o Brigadeiro é o Patrono.

A fibra do Brigadeiro era tal, comenta o autor, que embora súdito leal de D. Pedro II, isto não impediu de ser o chefe em Sorocaba, da Revolução de 1842, apoiando Feijó.

Evaristo da eViga, o homem que atacou até ao nosso primeiro Imperador, não titubiou em defendê-lo pela "Aurora Fluminense", quando Tobias de Aguiar foi atacado pelo "Cometa", dizendo de sua "firmeza e honradez de caráter".

Tanto da primeira, como da segunda presidência da Província, o Brigadeiro jamais recebeu os honorários que lhe cabiam...

Aureliano Leite brinda-nos com um trabalho honesto, despretencioso que é, a nosso ver, obra interessante para todo aquê que desejar conhecer a origem da Fôrça Pública, Guarda Nacional, informes detalhados sôbre o Monumento do Criador da Fôrça Pública e a instituição da medalha **Brigadeiro Tobias**.

Impresso em ótimo papel, fartamente ilustrado, acompanhado de textos e notas de rodapé, é uma obra digna de figurar, e que faltava mesmo na bibliografia histórica paulista.

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS

*

Catálogo dos Manuscritos de Macau. Separata do "Boletim da Fílmoteca Ultramarina Portuguesa", n.º 25, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1963.

Já nos referimos à importância do Boletim que a Fílmoteca Ultramarina Portuguesa edita, no qual, além do inventário dos acervos documentais e muitas vêzes da publicação integral dos seus textos, que o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos faz incorporar no seu rico patrimônio de microfílmes, inserem-se também alguns catálogos de grande interesse para o pesquisador de História.

Significativa prova dessas relações circunstanciadas que o CEHU tem promovido é o **Catálogo dos Manuscritos de Macau**, que ora sai em separata do último número (25) do Boletim da Fílmoteca, catálogo êsse que constitui a segunda parte de uma publicação já iniciada no 19.º volume do referido Boletim, correspondente a dezembro de 1961.

Foi por volta de 1557 que os portugueses conseguiram o "direito de residência em Macau", onde desde logo se multiplicaram as cabanas de junco ao lado das casas de pedra e cal, denunciadoras do progresso que não demorou em favorecer êsse local avançado da penetração portuguesa no Oriente, ponto de encôntro com o Ocidente, que hoje constitui uma cidade colorida e de burburinhos, onde europeus, macaenses e chins se misturam com enleio numa paisagem aformoseada pelas hortas chinesas, que dão a última palavra na secular horticultura de uma civilização que já foi vegetal, ao lado da vida marítima que se entremostra na cidade flutuante da baía.